

# PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL: UMA INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA E HISTÓRICA DO CONCEITO

Everton Luís de SOUZA JÚNIOR\*

Hellen Cristiane de SOUZA\*\*

Neide BARROCÁ FACCIO\*\*\*

**Resumo:** O presente artigo versa sobre o histórico do conceito de patrimônio cultural, desde suas primeiras manifestações de sentido individual até sua coletivização para a sociedade, com a criação do Estado-nação moderno. O levantamento histórico levou em conta a relação do patrimônio com o espaço, interpretando este como objeto cristalizado no território, constituinte da paisagem, e de extrema funcionalidade, uma vez que se torna base para ações futuras, a partir do lapso de tempo que se tem até a constituição do que venha a ser o patrimônio coletivo. Um segundo momento do artigo versa sobre a importância do patrimônio intangível de cunho coletivo, o denominado folclore. Este passou por várias interpretações ao longo do século XIX, acarretando em diferentes ações para a manutenção das culturas. O debate sobre patrimônio levou a se criar diferentes modos de preservá-lo, incluindo as manifestações imateriais, tão influenciadas pelo atual estágio da globalização, que na maioria dos casos (re)configura as identificações culturais e gera novas, em um movimento contínuo que, em muitos casos, caracteriza a perda do patrimônio cultural. Por meio disso, salienta-se a importância da educação patrimonial como ferramenta do saber voltado para a preservação da cultura e das ações de cunho popular.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural; Geografia; Patrimônio Cultural Intangível.

---

\* Mestrando em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados e membro do grupo de pesquisa "Processos Políticos e Políticas Públicas na América Latina", filiado ao CNPQ. E-mail: evertonlsjr@gmail.com

\*\* Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente, SP. Professora da rede municipal de ensino da cidade de São Paulo. E-mail: hellenhcs@gmail.com

\*\*\* Professora Doutora da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Ciências e Tecnologia -- Campus de Presidente Prudente, SP. Coordenadora do Laboratório de Arqueologia Guarani. E-mail: nfaccio@terra.com.br

**Abstract:** The paper deals with the history of cultural heritage from its earliest manifestations in the individual sense until its later meanings of collectivization in society with the creation of modern nation-state. This historical survey will take into account the relationship between space and heritage (interpreting it as an object crystallized in the territory), an element of the landscape, and its extreme functionality, as heritage establishes the basis for future actions from the time which establishes itself until it is established a collective heritage. The second stage of this paper deals with the importance of intangible assets of a collective nature, the so-called folklore. This went through various interpretations throughout the nineteenth century, resulting in different actions to ascertain the maintenance of cultures. The heritage debate led to the creation of different ways to preserve it, including intangible manifestations, a influenced by the current stage of globalization, which in most cases (re)configures cultural identities and generates new ones in a continuous motion that in many cases, actually characterizes the loss of the original cultural heritage. Through this, we stress the importance of education as a tool of knowledge toward the preservation of popular culture.

**Key-words:** Cultural Heritage; Geography; Intangible Assets.

## 1. INTRODUÇÃO

O homem, por meio de suas ações, produz cultura. Essa se altera ao longo do tempo histórico respaldada pelas mudanças sociais e de mentalidades intrínsecas à época. A sua materialização no espaço, por meio da confecção de objetos, a torna testemunho das mentalidades acima citadas. Esses testemunhos são para as sociedades atuais, referências para o entendimento do passado, tendo o status de patrimônio cultural. Esses testemunhos constituem-se em heranças de um passado importante da sociedade.

Não existem somente os patrimônios materiais, encontrados cristalizados no espaço geográfico. Existem também os denominados patrimônios culturais imateriais, que são danças, contos, festas, culinária, saberes populares e uma gama de saberes criados e recriados pela população e que não são respaldados por nada material, estando no plano das ideias e que para se reproduzirem necessitam ser criados e recriados.

No que tange ao patrimônio imaterial brasileiro, conforma-se como rico, diverso, devido, tanto às ascendências conformadoras da população, provindas de três matrizes étnicas diferentes - negros, indígenas e brancos - quanto às transformações que a cultura sofre ao longo do tempo. Essas

alterações são naturais na cultura, porém, com o atual período de globalização do capital, de velocidade de informações, a cultura tende a se homogeneizar, ou mesmo ser (re)configurada, não no movimento natural intrínseco à sociedade autóctone, mas extrinsecamente, adquirindo características de outras culturas, acabando com o tradicional.

A partir do reconhecimento da cultura imaterial e de suas mudanças, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN- instituiu o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial. Esse programa criou quatro livros de registro de bens imateriais para que esses sejam reconhecidos pela sociedade como um todo. No entanto, esse reconhecimento provém de estudos de vários pesquisadores em décadas passadas que registraram, catalogaram e permitiram o conhecimento de diversos costumes, muitos quase extintos porque não são mais realizados ou perderam suas técnicas.

Convém lembrar o papel dos folcloristas e pesquisadores da cultura popular do começo e meados do século XX, que faziam grandes estudos sobre a cultura popular e suas manifestações tradicionais. À época, os estudos eram pautados pelo evolucionismo de Darwin, o neolamarckismo e o determinismo geográfico, além do positivismo, que distorceram as visões sobre estudos étnicos, que resvalaram nos estudos sobre cultura brasileira e folclore nacional. No Brasil, os debates também se deram em torno desse ideário evolucionista, veiculado por argumentos pseudocientíficos, julgamentos morais sobre o território, a população e sobre a cultura.

Essa corrente evolucionista predominou até a década de 1950, data que os estudos antropológicos começaram a ser influenciados pelo marxismo e pela luta de classes. Essa alteração de pensamento influencia também os folcloristas que passam a reconhecer a cultura brasileira como importante, reconhecendo também a população que a faz e refaz.

O artigo seguirá, como visto, uma corrente histórica-temporal, na qual resgatará o nascimento do que venha ser patrimônio, sua integração ao social e coletivo e seu dimensionamento como instrumento de manutenção e identificação cultural de povos. A importância do patrimônio também é dimensionada na ligação com a geografia, ao se demonstrar, através das assertivas de Santos (2008) de que o patrimônio faz parte da paisagem e que se transforma em si como patrimônio quando preenchido de significado, de intenções. Portanto, ao se interpretar o patrimônio pelo viés geográfico, inserindo-o no espaço geográfico, tem-se que aquele faz parte da natureza do espaço, que é formada por fluxos e fixos. O patrimônio seria então, desse modo, uma rugosidade que se transforma permanentemente para as sociedades através do tempo.

A essa sequência, liga-se o patrimônio e a globalização como descentralizante do ser como um todo, como dito por Giddens (2002) e Hall (1997), pelo fato de o indivíduo perder seus referenciais culturais. Obviamente não se prega a separação da cultura, uma vez que perderia seu significado, e por isso, tratamos da importância da educação patrimonial para esclarecer aos indivíduos a importância da cultura autóctone, das raízes culturais que lhe resignificam como indivíduo social, ator de seu território e cidadão de um Estado-nação.

## 2. PATRIMÔNIO: DE HERANÇA PARTICULAR À HERANÇA DE TODOS

A palavra patrimônio pode assumir sentidos diversos. De origem latina – *patrimonium* - se referia entre os antigos romanos, a herança paterna, bens que são transmitidos aos herdeiros e também associado à noção de algo sagrado. Esse conceito era ligado diretamente à aristocracia, referindo-se à transmissão de bens no seio da elite. A essa época, não havia o conceito de patrimônio público (SANTOS, 2001; FUNARI e PELEGRINI, 2006, 2008).

Entretanto, a partir da Idade Média, seu significado começa sofrer alterações, acrescentando-se à essência aristocrática do patrimônio um sentido simbólico e coletivo, representado pela religião, por meio da expansão do cristianismo e principalmente no período conhecido como Alta Idade Média. Os sentimentos de religiosidade são compartilhados, ganhando sentido coletivo, tanto os rituais e os objetos religiosos, quanto os lugares que remetem a algum aspecto da religião. É nesse período que surgem os monumentos em forma de igrejas e catedrais, símbolos materiais da fé junto ao poder da aristocracia, tendo em vista que era essa a grande financiadora dos monumentos, a fim de afirmar seu poder e riqueza.

A partir da difusão do cristianismo, juntou-se ao caráter aristocrático o caráter religioso. “Ainda que o caráter aristocrático tenha se mantido, elevaram-se à categoria de valores sociais compartilhados os sentimentos religiosos, em uma pletera de formas materiais e espirituais” (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 11).

Com o fortalecimento do Renascimento, no século XIV, tentou-se combater o teocentrismo estabelecido na Idade Média, em uma clara referência ao poder da Igreja Católica na Europa, que mantinha sobre seu controle todas as formas de manifestações culturais e desenvolvimento intelectual. Era necessário, pois, ingressar em um período onde o que

deveria prevalecer eram as ideias e valores humanos e não espirituais, substituindo o pensamento que colocava Deus como centro de todas as coisas pelo pensamento antropocêntrico. Recuperava-se, com isso, a ideia grega de que o homem é a medida de todas as coisas.

A partir dessa ótica, vastos estudos foram realizados sobre o passado clássico, nos escritos gregos e romanos, na tentativa de encontrar respostas para os problemas da sociedade da época, com grande crescimento da vida urbana em consequência do comércio em franca expansão, repudiando tudo o que se relacionava ao período anterior. Tal enaltecimento sobre a cultura antiga, iniciado por intelectuais e artistas da Europa, principalmente das ricas cidades comerciais da Itália, contribuiu para estudos, coletas e registros de objetos antigos, que neste período ainda permaneciam em posse da elite, por meio das grandes coleções particulares. A relação direta entre patrimônio e relíquia antiga, portanto, deu-se com a redescoberta de pensamentos até então relegados e considerados sem valor algum na Idade Média.

O sentido de patrimônio mais próximo do que conhecemos e consideramos atualmente surge apenas no século XVIII, pois até este século os Estados europeus eram monárquicos e centralizados, nos quais os reis eram considerados divinos. Esses reinavam sobre diversas regiões com línguas e culturas diferentes, dificultando então a unificação de costumes e uma identificação ou sentimento de pertencimento da população de uma nação.

Com a criação do Estado-nação entre os séculos XVII e XVIII (ESTEVES, 2006), é que a ideia de patrimônio para um povo que possui cultura, língua e hábitos semelhantes se confirma. Insere-se a subjetividade para dotar essa nova população conformadora da mesma unidade nacional de uma cultura comum, uma herança cultural, a identificação com um passado comum (DUPAS, 2005).

A partir do século XVIII os ideais iluministas exerceram enorme influência sobre a política, a sociedade, a economia e a religião da época. Definido como o período do esclarecimento, tinha seu pensamento baseado no racionalismo, retomando a tradição investigativa da Antiguidade Clássica e do Renascimento para entender e explicar, tanto o mundo, quanto o ser humano, criticando as bases que fundavam o Estado Absoluto. Esses ideais subsidiaram a Revolução Francesa que destruiu os fundamentos em que se baseavam o Antigo Regime, tendo como lema “liberdade, igualdade e fraternidade”.

O patrimônio começou a ser tratado então como bem comum e merecedor de proteção, tendo influência da visão moderna de história e cidade (BABILON e CHASTEL, 1994 *apud* SANTOS, 2001).

Nesse período, o Estado nacional moderno, criado em forma de República, na França, instituiu a igualdade, refletida na cidadania e para isso:

Precisava criar cidadãos, fornecer meios para que compartilhassem valores e costumes, para que pudessem se comunicar entre si, para que tivessem um solo e uma origem supostamente comuns [...]. O Estado nacional surgiu, portanto, a partir da invenção de um conjunto de cidadãos que deveriam compartilhar uma língua e uma cultura, uma origem e um território (FUNARI; PELEGRINI, p.15-16, 2006).

Com a criação do Estado-nação foi criado o sistema de leis. No direito britânico, que é denominado direito consuetudinário ou *Common Law*, o direito à propriedade privada não sofre restrições. Nesse caso, um objeto de valor histórico ou de valor natural encontrado em uma propriedade particular pode ser comercializado. Diferentemente desse, o direito romano considera o Estado acima da propriedade particular, não podendo um bem histórico ser comercializado ou mesmo a exploração de reservas de recursos naturais serem feitas sem a permissão do Estado.

As duas tradições de direito levaram a duas concepções diferentes de patrimônio, uma mais voltada para a proteção dos direitos privados e outra mais atenta ao Estado Nacional (FUNARI e PELEGRINI, 2006), ou seja, ao coletivo e à importância para a identificação da nação como algo uno e homogêneo em contraposição a uma importância ao patrimônio individual.

Esta categorização dá ao Estado nacional uma territorialidade forte, dotada de significação para o indivíduo. Segundo Raffestein (1980), esta territorialidade imprime um poder sobre este território, haja vista que há uma configuração de fronteiras e estas impõem limites “aos estranhos”, o que conforma a delimitação a ser “manipulada como instrumento para comunicar uma ideologia” (RAFFESTEIN, 1980, p. 166), diferenciando “o outro de nós”. É nesse contexto que surge o moderno conceito de patrimônio, não sendo mais apenas relacionado a obras religiosas e de cunho privado de tradições

antigas e medievais, mas sim de valores de um povo, criando uma identidade a partir de uma gama de bens que reportam à ação e memória de uma Nação.

O patrimônio, portanto, faz referência a um passado histórico da sociedade, configurando o espaço-tempo social como um lapso para que o patrimônio se faça, acarretando seu posterior reconhecimento como importante para o entendimento das sociedades pretéritas e das presentes. Corroborando com essa ideia, temos o que Santos (2008) assevera ao mencionar que os objetos fixos no território somente possuem significação quando são possuidores de uma ação que os coloque como objetos, o que preenche o patrimônio de uma significação à sociedade que o produziu, adicionado que ao ser constituído pelo homem torna-se “uma produção histórica, negando a natureza natural e substituindo-a por uma inteiramente humanizada” (SANTOS, 2008, p. 62).

Dentre os mais variados conceitos de patrimônio, concordamos com o de Aguirre (2001):

Patrimônio assume uma função globalizante, assinalando tratar do principal testemunho da contribuição histórica, para as civilizações universais, da capacidade criativa contemporânea, não podendo ser resumido apenas a um conjunto de bens dignos de conservação por uma nação, por razões de arte e de cultura (AGUIRRE, 2001, p.45).

Nesse tipo de aceção, o patrimônio é colocado como algo material, um objeto dotado de técnica que é intrínseca à sociedade em que está inserido (SANTOS, 2008) liga-se o patrimônio à arqueologia, tendo em vista que a arqueologia estuda as sociedades passadas e, através desses estudos, encontra, analisa e identifica objetos, interpretando-os de acordo com a sociedade que os produziu, considerando-os então patrimônios.

Outro ponto importante é a ligação do patrimônio e da arqueologia com outras áreas como a antropologia, dividida em etnologia e etnografia, sociologia, história e geografia, onde essas ciências colaboram com o desenvolvimento do conceito de patrimônio, sua importância e divulgação para a sociedade, além do entendimento das sociedades passadas e suas relações sócio-espaciais.

Atualmente, a utilização do termo patrimônio vem acompanhada do adjetivo cultural, que o designa como algo que tem valor histórico para a nação e para o coletivo, sendo de extrema importância sua preservação para as gerações futuras. Nesta concepção, o termo abarca o patrimônio material e imaterial, que serão abordados mais adiante. Para Santos (2001) o termo refere-se à própria definição antropológica de cultura como “tudo o que caracteriza uma população humana ou como o conjunto de modos de ser, viver, pensar e falar de uma dada forma social” (SANTOS, 2001, p. 44).

## 2.1 Patrimônio Cultural

O termo patrimônio teve sua significação alterada ao longo do tempo, passando de algo privado ao coletivo e para significar algo importante do passado, uma herança coletiva passível de ser preservada, ganhando o adjetivo cultural, para dar a significação precisa para o que representa: uma herança deixada pelas culturas antepassadas e que como foi algo feito pelo homem, torna-se cultura – distinguindo-se do que é a natureza natural (SANTOS, 2008) - com clara ligação com a antropologia cultural.

Em Santos (2008) encontra-se como se adequa o patrimônio e sua significação espacial para a sociedade

(...) Se quisermos interpretar cada etapa da evolução social, cumpre-nos retomar a história que esses fragmentos de diferentes idades representam juntamente com a história tal como a sociedade a escreveu de momento em momento. Assim, reconstituímos a história pretérita da paisagem, mas a função da paisagem atual nos será dada por sua confrontação com a sociedade atual (SANTOS, 2008, p. 107).

Para compreendermos o significado de patrimônio cultural é necessário fazermos uma breve explanação acerca do conceito de cultura. Na geografia, especificamente na geografia humana, temos alguns autores que conceituam cultura, entre eles MacDowell (1996). De acordo com a autora:

Cultura é um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma às ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço (MACDOWELL, 1996, p. 161).

Para Meneses (1996), cultura é o conjunto de sentidos e valores, cujo significado é produzido e reproduzido pela sociedade em seu cotidiano, englobando aspectos materiais e imateriais que podem se modificar ao longo do tempo. Portanto, cultura não é algo dado, uma simples herança que se possa transmitir de geração a geração. Ela é uma produção histórica, como parte das relações entre os grupos sociais.

A partir da definição dos autores podemos entender cultura como costumes, hábitos, ideias e valores que são transmitidos por uma sociedade ou grupo social. Em outras palavras, é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem, com suas características únicas e particulares.

Sendo assim, patrimônio cultural não deve ser compreendido apenas como uma junção de significados das duas palavras isoladamente. Na verdade exprime uma representação simbólica da cultura, resultado da seleção de significados que remetem diretamente a determinada característica cultural. Por possuir caráter coletivo, a seleção do que é patrimônio cultural procura contemplar o maior número de pessoas que se veem culturalmente representadas. Ao contrário da cultura que, apesar de exprimir o conjunto de sentidos, valores e significados de um povo, mantém-se em constante transformação, o patrimônio cultural depois de definido tende a se manter o mais próximo do tradicional.

Desde o final da Segunda Guerra Mundial as questões internacionais gerais sobre o tema do patrimônio cultural são conduzidas por fóruns realizados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – UNESCO, com seminários e conferências internacionais de diferentes ordens.

A primeira medida oficial relacionada ao patrimônio cultural foi tomada pela Conferência Geral da UNESCO em 1972. Tal conferência ficou marcada pelo caráter relativista que empregou em suas definições, reconhecendo as diferentes culturas e sua legitimidade e considerando os patrimônios da humanidade como pertencentes a todas as pessoas, ou seja,

são considerados patrimônios da humanidade aqueles patrimônios culturais que são também de importância mundial e não somente local ou regional.

Esse pacto internacional impulsionou a mobilização de alguns países signatários da convenção, em particular, da Bolívia, que reivindicava maior atenção às manifestações relativas à “cultura tradicional e popular”. Tal exigência suscitou, na década de 1980, investimentos em soluções jurídicas com vistas à proteção da cultura e de suas práticas, por meio de documentos reconhecidos internacionalmente. Entre eles, talvez o mais importante tenha resultado da “Conferência Mundial sobre as políticas culturais”, realizada no México, em 1982, dada a relevância atribuída às relações entre a cultura e a identidade dos povos (FUNARI e PELEGRINI, 2006, p. 39).

A atuação da UNESCO e os documentos resultantes das Conferências realizadas por ela vêm se convertendo em instrumentos normativos que têm influenciado a legislação, as políticas públicas de cultura e as medidas concretas adotadas por vários países.

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural realizada pela UNESCO, no que diz respeito à identidade, diversidade e pluralismo apresenta, em seu Artigo 2<sup>o</sup>, a seguinte assertiva.

Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais a um só tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública (DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, 2002, p.3).

A diversidade cultural amplia as possibilidades de escolha que se oferecem a todos e é uma das fontes do desenvolvimento, entendido não somente em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória.

A manutenção das diferentes identidades culturais é de extrema importância para se alcançar e respeitar plenamente a diversidade. Com o reconhecimento da relevância da preservação das identidades se torna mais fácil e coerente o respeito pelas diferentes culturas.

De maneira geral, as bases de entendimento para as ações cooperativas entre as nações estão no documento da UNESCO "**Recomendações sobre a Salvaguarda do Folclore e da Cultura Popular**", de 1989. Esse documento enfatiza a necessidade de cooperação internacional para o desenvolvimento de instrumentos de salvaguarda, tanto dos processos de produção e transmissão de conhecimentos genuínos e tradicionais, quanto dos direitos das coletividades sobre seus conhecimentos, cosmologias e técnicas aplicadas.

Inseridas no conceito de Patrimônio Cultural existem diferentes classificações, definidas pelo IPHAN, no intuito de sistematizar as diversas manifestações culturais que podem se converter em patrimônio, com destaque para as seguintes classificações: Arqueológico, Histórico, Arquitetônico, Artístico e Imaterial:

- Patrimônio Arqueológico: consiste nos vestígios materiais de populações que já desapareceram, no intuito de entender seu modo de vida.
- Patrimônio Histórico: é aquele que inclui desde monumentos, igrejas, castelos, até documentos, fotos, arquivos e mapas.
- Patrimônio Arquitetônico: foi desmembrado do Patrimônio Histórico e reflete, sobretudo, a maneira pela qual as diversas sociedades constroem seus edifícios, considerando os vários estilos históricos e geográficos.
- Patrimônio Artístico: diz respeito às manifestações estéticas das várias sociedades, podendo ser inseridas no cotidiano ou consideradas especificamente como acessório estético.
- Patrimônio Imaterial: abrange, atualmente, elementos do que se considera folclore (lendas, festas, personagens típicos etc).

## 2.2 Patrimônio Cultural no Brasil

A conceituação de patrimônio cultural no Brasil, de acordo com Rodrigues (2006) começou a ser formulado a partir de fatos ligados a política e a cultura do país – como a Semana de Arte Moderna de 1922, que instituiu um novo jeito de fazer cultura no país; o Estado Novo, que foi o primeiro a reconhecer a cultura popular, o patrimônio cultural e criar um órgão para defendê-lo; a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com vistas à proteção de belezas naturais e obras importantes para o Brasil. Acrescenta-se a esses fatos a atuação de intelectuais como Rodrigo Melo Franco de Andrade, Mário de Andrade e Aluísio de Magalhães.

Entretanto, aquele que pode ser considerado como um fator fundamental para a criação e evolução do conceito de patrimônio cultural é a implantação do SPHAN, como órgão do Estado encarregado pela cultura e meios de sua preservação. O SPHAN foi criado com base no projeto de lei de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que teve como resultado a expedição do Decreto-Lei nº 25/37, de 30 de novembro de 1935. Nesse mesmo decreto coube a competência em cuidar do patrimônio brasileiro ao SPHAN, que é considerada a entidade mais antiga da América Latina responsável pela preservação dos bens culturais (SANTOS, 2001).

De acordo com o Decreto-Lei o patrimônio cultural é formado por bens móveis ou imóveis que tivessem ligação com fatos memoráveis da história do Brasil ou que tivessem valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico. O único método de preservação considerado era o tombamento, que nem sempre priorizava o tombamento de bens que foram expressões culturais, valorizando mais a questão estética e os interesses das elites, excluindo expressões culturais de diversos grupos étnicos.

A forma de atuação do SPHAN começa a mudar durante a década de 1960, influenciado pela emergência de uma visão mais politizada da cultura e de cidadania. Nesse período a forma de trabalho do SPHAN é questionada, principalmente os critérios históricos que utilizavam, para definir o que deve ou não ser tombado.

As ações muitas vezes excludentes que apenas protegia grandes monumentos e belezas naturais sofreram alterações e tiveram leis impetradas para proteção do patrimônio, que para Barreto (2003) é o "conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõe a sociedade" (BARRETO, 2003, p. 11).

Durante os anos 1970, surgem instituições e movimentos que dão novo direcionamento ao sentido de cultura e patrimônio no Brasil, passando-se a valorizar manifestações culturais de cunho popular, como o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), idealizado por Aloízio Magalhães.

Com a fusão deste e de outros órgãos ao SPHAN, em 1979, o conceito de cultura, que também valoriza manifestações populares, começa a fazer parte dos trabalhos realizados pelo SPHAN, diminuindo a essência elitista da instituição.

A atual legislação que trata da proteção do patrimônio cultural brasileiro tem seguido as recomendações da UNESCO. É fundamentada em bases relativistas que já vinham sendo construídas e amadurecidas ao longo da história. Na década de 1980, a conceituação de patrimônio cultural toma a significação que possui atualmente, a partir do artigo 216, disposto na Constituição Federal de 1988, que define patrimônio cultural como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p141).

Sobre a importância da criação da Constituição para o patrimônio cultural Martins (2006) expõe

A instalação da Constituinte Brasileira no final dos anos 80 foi também um marco considerável na construção do atual conceito de patrimônio cultural, uma vez que as forças dos partidos de esquerda, dos grupos intelectuais e dos órgãos de cultura juntaram-se para construir um conceito de patrimônio cultural de conteúdo mais dinâmico, mais vivo, mais popular e, acima de tudo, que favorecesse o exercício da cidadania, processo que vinha sendo construído desde os anos 70 (MARTINS, 2006, p. 11).

Em artigo anterior (Artigo 215 da Constituição de 1988), o legislativo afirma que o Estado promoverá ações de preservação da cultura, garantindo a todos o acesso às fontes de cultura (REISEWEITZ, 2004).

Com estas garantias, o Brasil ressalta a importância da preservação da cultura a partir da conservação do patrimônio brasileiro. A constituição, que é baseada no *jus* romano, considera o que foi encontrado em terras

particulares e de interesse da Nação, seja impedido de ser comercializado, conformando uma ampla ação de valorização do coletivo ante o privado.

Salienta-se que há uma descentralização das ações de preservação do patrimônio para que esta seja feita pelos Estados e municípios – além do âmbito federal – como uma forma de atuação mais presente em todo território e não como uma desresponsabilização das instâncias culturais (SANTOS, 2001). O IPHAN criado, como já citado, em 1937 como SPHAN, configura-se como o órgão competente a nível nacional para o gerenciamento e ações de tombamento, proteção e ação para a preservação do patrimônio brasileiro.

Na esfera estadual, como exemplo da descentralização proposta, temos o CONDEPHAAT – Conselho do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico de São Paulo – que existe desde 1968 e age no Estado de São Paulo, no âmbito de tombamentos e preservações.

O patrimônio cultural brasileiro é rico, perfeitamente em consonância às diferentes matrizes formadoras da cultura brasileira que, com a miscigenação étnica, formou uma cultura múltipla e polivalente, com nuances diversificadas e características ímpares, não sendo encontrada somente em objetos no espaço, mas sim em ritos, cantos, danças e cultos. São esses os mais difíceis de preservar, afinal não se materializam.

### **3. PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL**

O conceito de patrimônio cultural abarca tanto obras arquitetônicas, urbanísticas e artísticas de grande valor quanto manifestações de natureza imaterial, relacionados à cultura no sentido antropológico: visões de mundo, memórias, relações sociais e simbólicas, saberes e práticas; experiências diferenciadas nos grupos humanos, chaves das identidades sociais. Dentre as transformações ocorridas no conceito de patrimônio, está a inclusão do patrimônio imaterial e a importância da preservação de aspectos culturais dos diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira como: as línguas, a literatura, o folclore, os ritmos, as danças entre outros. Incluem-se aí as celebrações e saberes das culturas populares, as festas, a religiosidade, a musicalidade e as danças, as comidas e bebidas, as artes e artesanatos, os mistérios e os mitos, a literatura oral e tantas outras expressões que tornam nosso país diverso culturalmente.

O principal instrumento de preservação do patrimônio material é o instituto do *tombamento*, cuja legislação está sendo amadurecida desde pelo menos a primeira metade do século XX. Já a legislação para o patrimônio imaterial, entretanto, é recente. No Decreto nº. 3.551, de 04 de agosto de 2000, os principais instrumentos de salvaguarda desse patrimônio, até hoje instituídos, são o *inventário* permanente, o *registro* em livros análogos aos livros de tomo e as políticas de preservação e fomento que devem ser estabelecidas.

Esses instrumentos não são fechados, normativos e restritivos, mas abertos aos pontos de vista e expectativas dos portadores de tradições culturais específicas. Pressupõem a dinâmica própria dessas tradições, sem pretender, portanto, “engessar” suas formas e conteúdos no tempo e no espaço, o que é fundamental, pois a questão não é nada simples.

Posteriormente à Constituição Federativa do Brasil de 1988, foi o já citado Decreto 3551, no ano 2000, que implantou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, órgão especificamente encarregado de proteger as manifestações da cultura imaterial.

De acordo com a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, este patrimônio consiste de

(...) práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos, e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (CONVENÇÃO PARA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO IMATERIAL, 2003, p.1).

Destarte, parte-se do princípio que o patrimônio imaterial é conformado por um grupo de saberes e fazeres que não sejam cunhados materialmente e são repassados pela experiência e vivência no grupo, de geração para geração. Isto dá a ele um caráter de mudança, sendo constantemente recriado, decorrente das alterações entre comunidades e os grupos que convivem em um mesmo espaço social, do convívio com o meio natural e da própria história das populações (FUNARI e PELEGRINI, 2008).

Na Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Intangível foi definido como este se manifesta e em quais campos:

- Tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial;
- Expressões artísticas;
- Práticas sociais, rituais e atos festivos;
- Conhecimento e práticas relacionadas à natureza e ao universo;
- Técnicas artesanais tradicionais

A grande dificuldade da proteção deste tipo de patrimônio é exatamente sua não-materialização em formas concretas passíveis de serem conservadas e tombadas. A grande mutabilidade por que passam e as influências da globalização na sociedade contemporânea, dificultam as ações de preservação do patrimônio intangível.

#### **4. GLOBALIZAÇÃO E CULTURA: O DESLOCAMENTO DAS ESTRUTURAS DE CONHECIMENTO**

A não materialização de certos tipos de manifestações e técnicas culturais as torna cambiantes, passíveis de modificações que, muitas vezes, não são recomendáveis às culturas, podem alterar suas identidades e seus significados. Atualmente, tem-se, através da globalização, o contato com os mais diversos tipos de cultura, porém não significa um entendimento ou uma interação saudável.

A globalização, que na verdade pode ser considerada a aceleração das informações a partir da evolução do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008), conformando o mundo pós-moderno (SOJA, 1993) que para Porto-Gonçalves (2006) consiste em um sistema-mundo moderno-colonial, cuja adoção das unidades nacionais (DUPAS, 2005) pelo modo de produção capitalista, interfere diretamente na vida dos indivíduos e, conseqüentemente, nas culturas por eles produzidas, conformado pelas redes de fluxos (CASTELLS, 1999) que agem em escala global.

A alteração das ações dos indivíduos modifica as estruturas identitárias enquanto fontes de legitimação (ORTIZ, 1994a), que por muito tempo estabilizaram o mundo (HALL, 1997). Para este autor

A assim chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das

sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social (HALL, 1997, p. 7).

Este deslocamento pode ser comparado ao que Giddens (2002) retrata como a segurança ontológica que seria a segurança que o indivíduo tem ao fazer parte de uma determinada cultura, ou seja, a sua cultura própria. A perda de sentido da realidade - ligada à desordem no território, que até então respaldava suas ações de reconhecimento – altera a realidade e a cultura produzida por ele.

As alterações em escala global, portanto, revelam que as mudanças na escala local, do lugar, alteram as estruturas de repasse do patrimônio imaterial para as gerações futuras, o que configura de extrema importância instrumentos normativos para sua proteção, tanto em relação ao seu esquecimento, quanto pela sua agregação com outros elementos não participativos da cultura autóctone, o que conformaria a miscigenação cultural.

Não se prega a separação e o fechamento das culturas como compartimentos estancados para não se misturarem, isto seria a morte da cultura imaterial e do patrimônio, pois ficaria parado no tempo e posteriormente, perderia o sentido, mas sim protegê-las de descaracterizações que podem decorrer de contatos com outros tipos de culturas. Para isso faz-se mister atos para o tombamento e a salvaguarda dos bens imateriais constituintes do patrimônio imaterial brasileiro.

Funari e Pelegrini (2008) mencionam que, na Constituição Brasileira de 1988, “cabe à União, aos Estados e aos Municípios proteger o patrimônio cultural brasileiro, por intermédio de inventários, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação e ainda, a punição para os que cometerem danos e ameaças ao patrimônio cultural” (FUNARI e PELEGRINI, 2008, p. 67).

Para seguir a legislação e no intuito de preservar o patrimônio intangível, o IPHAN criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, em que compila passos para a ação de preservação do patrimônio imaterial no país com vistas à integração das ações nesta área. Outra forma de preservação foi outorgada pelo Decreto 3551/2000, denominado Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que depreendeu a abertura de livros de tombamento, o que antes era somente possibilitado aos bens materiais. Os livros de registros são:

- Livro de Registro dos Saberes e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- Livro de Registro das Festas, celebrações e folguedos que marcam ritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade e do entretenimento;
- Livro de Registro das Linguagens verbais, iconográficas, musicais e performáticas;
- Livro dos Lugares (Espaços), destinados à inscrição de espaços comunitários, como mercados, feiras, praças e santuários onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

O registro em um desses livros constitui-se um importante instrumento legal de preservação do patrimônio cultural imaterial, na medida em que justifica o desenvolvimento de projetos e avaliza a “execução de políticas públicas voltadas à proteção, salvaguarda e continuidade dessa manifestação entre os cidadãos de hoje e para as gerações futuras” (PELEGRINI, 2008).

## **5. O FOLCLORE: O NASCIMENTO DE UM CONCEITO**

O termo folclore é constituído pelos vocábulos do inglês antigo “folk” (povo) e “lore” (sabedoria, conhecimento). Este termo foi criado pelo arqueólogo inglês William John Thoms em 1846, duas décadas antes de Edward Tylor introduzir o termo similar “cultura” entre os antropólogos de língua inglesa (LAVRADOR JR., 2000), que seria “tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (TYLOR, 1871 apud LARAIA, 2002).

Tylor tentou demonstrar que a cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois se trata de um fenômeno natural, com causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e com análises plausíveis de se tornarem leis. Pode-se depreender isto a partir do trecho abaixo

Por um lado, a uniformidade que tão largamente permeia entre as civilizações pode ser atribuída, em grande parte, a uma uniformidade de ação de causas uniformes, enquanto, por outro lado, seus vários graus podem ser

considerados como estágios de desenvolvimento ou evolução... (TYLOR, 1871 apud LARAIA, 2002, p 30).

Foi sob esse conceito que os estudos sobre a cultura popular começaram a ser sistematizados e a receber delimitações e marcos em suas fronteiras conceituais, uma vez que em fins do século XVIII e começo do século XIX, a cultura popular foi “descoberta”, sendo definida em oposição à erudita.

O foco no povo não era novo, novo era o sinal positivo que o acompanhava. O pensamento iluminista, em sua busca por racionalidade, também se ocupava do pensamento popular, mas a atenção estava voltada para mostrar suas superstições.

Antes de Tylor, alguns pensadores já trabalhavam a cultura, como John Locke que, em 1690, ao escrever “Ensaio acerca do entendimento humano”, procurou demonstrar que a mente humana não é mais do que uma caixa vazia por ocasião do nascimento, dotada apenas da capacidade limitada de obter conhecimento. Trata-se de uma percepção que revela que o homem pode ser criado em qualquer cultura, independente de etnia ou território.

Seria o romantismo – expressão da modernidade cultural, representante da consciência de si e do tempo moderno – que mudaria o sinal das manifestações populares. Os intelectuais românticos se voltaram para a coleta de costumes populares, eram estimulados a pesquisar os costumes do povo. O estudo dos costumes buscava o que cada povo tinha de singular e, de acordo com Oliveira Jr. (2008), “o povo passou a ser visto como transmissor fidedigno da tradição nacional” (OLIVEIRA JR., 2008, p. 87).

À época de Tylor, os pensamentos faziam corroborar com a Teoria da Evolução de Charles Darwin, em voga na Europa, o que resvalou nos estudos sobre a cultura popular, cujo apoio nas ciências naturais os autores foram buscar, respaldando teoricamente os estudos. Depreende-se então que a cultura passaria por estágios de evolução nas mais diversas civilizações, onde estas percorreriam etapas até chegaram a mais evoluída – no caso, a européia.

Houve o desenvolvimento, na mesma época, da corrente determinista, que apregoava relações sociais e culturais ao clima e ao meio. Segundo Laraia (2002), são acepções que vêm desde a Antiguidade, com Heródoto e Tácito, passando pelo pensamento dos pesquisadores ao longo

dos séculos, como se vê em Montaigne, Ibn Khaldun, Bodin entre outros. As ideias deterministas influenciaram os estudos culturais nos séculos XIX e XX.

A corrente determinista foi plenamente desenvolvida por geógrafos no final do século XIX e início do século XX e ganharam grande popularidade. Um exemplo desses estudos deterministas é o livro “Civilization and Climate” (1915) de Huntington, no qual formula uma relação entre a latitude e os centros de civilizações, considerando o clima como um fator importante na dinâmica do progresso (LARAIA, 2002).

Ainda de acordo com o autor, a partir de 1920, antropólogos como Franz Boas, Wisler, Kroeber entre outros, refutam a ideia determinista geográfica, demonstrando que as diferenças de culturas e maneiras não são influenciadas pelo clima. Além disto, Boas refuta o evolucionismo, atribuindo à antropologia as tarefas de reconstruir a história dos povos ou regiões particulares e comparar a vida social de diferentes povos.

Boas (1896) também insistiu na necessidade de os estudos conterem análises históricas para poderem ser comparadas, para contemplar um maior entendimento das influências do meio ambiente e psicológicas. Para Laraia (2002):

São investigações históricas – reafirma Boas - o que convém para descobrir a origem deste ou daquele traço cultural e para interpretar a maneira pela qual toma lugar num dado conjunto sociocultural. Em outras palavras, Boas desenvolveu o particularismo histórico (ou a chamada Escola Cultural Americana), segundo a qual cada cultura segue os seus próprios caminhos em função dos diferentes eventos históricos que enfrentou. A partir daí a explicação evolucionista da cultura só tem sentido quando ocorre em termo de uma abordagem multilinear (LARAIA, 2002, p. 36).

A essa conceituação soma-se que, para Kroeber (1949, apud LARAIA, 2002), o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado, sendo herdeiro de um longo processo acumulativo, refletindo no acúmulo de saberes e costumes, além da moral social.

Sabe-se que a cultura é dinâmica e tem uma lógica própria, não podendo ser estruturada. Ela se altera através do tempo, constituindo este

um importante fator para as análises, afinal as alterações são constantes nas culturas.

A posição da antropologia com respeito à cultura é dita por Sahalins (s.d) que “ela (a cultura) age seletivamente e não casualmente, sobre o meio ambiente, explorando determinadas possibilidades e limites do desenvolvimento, para o qual as forças decisivas estão na própria cultura e na história da cultura” (SAHALINS [s.d] apud LARAIA, 2002).

As diferenças entre os homens não podem ser explicadas pelo meio que o permeia, há aspectos distintos, tanto subjetivos quanto objetivos, além de aparatos técnicos que influenciam no modo como o homem age individualmente e socialmente. Ou seja, ao se concordar com Levi-Strauss (1976 apud LARAIA, 2002), quando menciona que a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, tem-se que cultura é produzida pelo homem e para o homem social.

Leslie White (1955 apud LARAIA, 2002), por sua vez, considera que a passagem do estado animal para o humano ocorreu quando o cérebro do homem foi capaz de gerar símbolos. Esses símbolos podem ser considerados como a materialização da cultura no território, conformando o espaço geográfico de determinada sociedade.

## 5.1 A Teoria Cultural no Brasil

As preocupações iniciais dos estudiosos eram com a leitura. Posteriormente, passaram a recolher outras formas de literatura, como os contos, as lendas, as narrativas mitológicas, que foram denominadas por eles como “antiguidades populares” ou literatura popular. Com a contraposição em relação à cultura denominada erudita, a cultura popular foi sendo demarcada por três critérios.

- Verdade: conhecimento falso x conhecimento verdadeiro;
- Racionalidade: contraposição de práticas aceitáveis e coerentes da sociedade estabelecida;
- Convenção: código social determinando o que era legítimo ou não.

Ao se concordar com o artigo intitulado “Entendendo o Folclore”, de Maria Laura Cavalcante, disponível no site do “Museu do Folclore”, “para pensar o tema do folclore no Brasil teríamos que falar de Sílvia Romero, de Mário de Andrade, de Renato Almeida entre muitos outros”.

Destaca-se aqui a concepção de folclore e de cultura popular de Mário de Andrade, que foi figura importante do movimento modernista, além

de realizar diversas viagens etnográficas pelo país. Andrade criou no ano de 1935, com auxílio de outros intelectuais da época, um curso de folclore quando ainda dirigia o Departamento de Cultura de São Paulo. Em 1936, redigiu o anteprojeto de formulação do SPHAN, dirigido por Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Esses dois intelectuais queriam criar os meios necessários para que o saber se tornasse coletivo. Andrade ocupou-se assim, de tratar o folclore como processo de conhecimento, com os cursos para folcloristas e de elaborar uma nova conceituação de folclore, guiado pela etnografia.

Ao mesmo tempo, de acordo com Almeida (1971), o intenso aproveitamento do folclore na música erudita, com Villa Lobos, Lorenzo Fernandez, Francisco Mignone e outros compositores, que vinham sendo feitas com tendências modernistas oriundas da Semana de Arte Moderna de 1922, daria ao folclore a importância e relevo, principalmente como elemento nacionalizador, fato que igualmente ocorria em outros países.

No artigo “Folclore”, publicado no Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros (1949), Mário de Andrade menciona primeiramente a indiferença dos governos e dos ricos para com o folclore, que ainda era tratado como costumes curiosos. Cumpria separar o folclore do apenas popularesco. Para ele, o folclore, ocupava lugar decisivo na formulação de um ideal de cultura nacional.

Segundo Cavalcante (2002), pode-se dizer que

É preciso compreender o folclore e a cultura popular não como fatos prontos, que existem na realidade do mundo, mas como um campo de conhecimentos e uma tradição de estudos, isso quer dizer que essas noções não estão dadas na natureza das coisas. Elas são construídas historicamente, dentro de um processo civilizatório, de acordo com diferentes paradigmas conceituais e, portanto, seu significado varia ao longo do tempo (CAVALCANTE, 2002, p. 4).

Na mesma época temos Arthur Ramos (1951), que define “folk-lore” como “a ciência das tradições populares no seio dos povos civilizados” e uma “espécie de enciclopédia das tradições, crenças e costumes das classes populares ou de nações pouco avançadas em evolução (...) é o exame das sobrevivências, que remontam às primeiras idades da humanidade” (RAMOS, 1951, p. 26).

Esta corrente de pensamento sobre o que vinha a ser o então “folklore” foi seguida por vários pesquisadores como Pierre Santyves, Jorge Dias, Franz Boas, Melville Herkovits, Ruth Benedict, Rossini Tavares de Lima entre outros (LAVRADOR JR, 2000).

Para Lavrador Jr. (2000) “Ramos tinha uma visão positivista e inverteu o conceito de folclore, tecendo considerações sobre o estudo científico e fazendo uma hierarquia entre saber popular e saber científico” (LAVRADOR JR., 2000, p. 65). Esta opinião pode ser confirmada quando Ramos prossegue sobre suas assertivas de pesquisa do “folk-lore” afirmando que não era qualquer um que se dignaria a descer e se interessar por tais costumes tão inocentes.

O primeiro a contrapor esta visão foi Renato Almeida ao ligar os estudos da cultura à etnologia e à antropologia cultural. Sugeriu que fosse estudado não somente a literatura, mas também outros aspectos da vida social, materiais e conceitos como artesanato, indumentárias, instrumentos musicais, além das formas de execução as coreografias, os componentes rituais e ainda, as considerações econômicas, políticas, históricas e geográficas.

Na concepção de Renato Almeida (1974), o folclore se baseia no comportamento do grupo social onde existe e as formas que revestem fato. No entanto, Almeida ainda está sob a influência do positivismo, considerando a cultura popular como inferior e de classes inferiores.

Tal qual Ramos ou os Congressos de Folclore, o trabalho de Almeida não penetra a fundo no imaginário dos atores sociais que produzem o folclore, nem no contexto social de sua existência. Não há crítica ou análise fenomenológica de modo geral (LAVRADOR JR 2000, p. 67).

Na década de 1960, foi implantada no Brasil uma nova maneira de se pensar a cultura, não mais como comportamentos, mas como sistema de símbolos, sistema de representação. As transformações no campo da antropologia, como cita Oliveira (2008), “fizeram com que a categoria povo deixasse de ser uma categoria disciplinar da antropologia. O povo passou a ser uma categoria da ação política, que foi também sendo substituída, a partir dos anos 1980, pela categoria “sociedade civil” (OLIVEIRA, 2008, p, 94).

É na década de 1960 que entra em cena no Brasil o Centro Popular de Cultura que, na figura de Carlos Estevam, vem a ser uma exacerbação da proposta ideológica do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão criado em 1955 que visava o desenvolvimento nacional. O CPC baseia seu conceito de alienação no pensamento de Marx e Lukács, e atribui

ao povo e à cultura popular o papel revolucionário. Assim cultura popular adquire um novo significado e uma função política, anti-alienante, característica de conscientização e ação (LAVRADOR JR, 2000, p. 71).

Com o CPC, comandado por Carlos Estevam, não existia cultura popular fora da ala acadêmica. Havia necessidade de se produzir intelectuais para se organizar a cultura popular. Com esta visão, a cultura popular era considerada alienada e alienante e não poderia representar o povo brasileiro. O CPC tratava como falsa as manifestações populares (ORTIZ, 1994b), com ações maniqueístas e preconceitos étnicos.

Para Carlos Estevam:

A arte do povo é tão desprovida de qualidade artística e de pretensões culturais que nunca vai além de uma tentativa tosca e desajeitada de exprimir fatos triviais dados à sensibilidade mais embotada. É ingênua e retardatária e na realidade não tem outra função que a de satisfazer necessidades lúdicas e de ornamento. A arte popular, por sua vez, mais apurada e apresentando um grau de elaboração técnica superior, não consegue entretanto atingir o nível de dignidade artística que a credenciasse como experiência legítima no campo da arte, pois a finalidade que a orienta é a de oferecer ao público um passatempo, uma ocupação inconsequente para o lazer, não se colocando para ela jamais o projeto de enfrentar os problemas fundamentais da existência (ESTEVAM, 1963 apud ORTIZ, 1994b, p. 74-75).

Essa visão demonstra que houve um rompimento entre a identidade forjada da cultura popular e do folclore. Enquanto o folclore é interpretado como sendo as manifestações culturais de cunho tradicional, a noção de cultura popular é definida em termos exclusivos de transformação (ORTIZ, 1994b, p 71). O termo cultura popular reveste-se de um cunho político e acultural, uma vez que não se considera que a cultura popular seja o que é feito pela população e sim, por intelectuais e que tenham um cunho político.

Houve então a dicotomização do que vinha a ser cultura popular e folclore. Este se ligou à tradição, coisas antigas e pitorescas enquanto àquela se ligou à transformação social e cultural, tentando se impor como a cultura legítima do povo brasileiro.

Os estudos folclóricos refutavam o marxismo e tentavam trazer as teorias evolucionistas para a sociedade. Contraopondo essa tese, Gramsci (1980), propunha que a produção cultural de uma classe social tem seu valor real perante a sociedade capitalista. Uma cultura de classe, no interior de uma sociedade classista desigual, cujo senso comum é o modo de saber e se opõe ao que ele denomina de cultura oficial.

O próprio povo não é uma coletividade homogênea de cultura, mas apresenta numerosas estratificações culturais, variadamente combinadas, estratificações que, em sua pureza, nem sempre podem ser identificadas em determinadas coletividades históricas; é certo porém, que "isoladamente" histórico de tais coletividades fornece a possibilidade de uma certa identificação (GRAMSCI, 1980, p. 190).

Gramsci (1980) percebe o folclore como algo sério, produzido por uma classe trabalhadora explorada pelo modo de produção capitalista. Vê-se assim que os estudos sobre cultura popular saem do positivismo e começam a se aprofundar nas relações sociais, penetrando nas significações dos indivíduos com o mundo.

Na mesma época Florestan Fernandes segue essa linha de pensamento ao contestar as teorias evolucionistas, que tratavam a arte popular como atrasada e subdesenvolvida perante uma ala progressista, que seria representada por uma elite detentora de poder.

Os dois autores podem ser considerados os primeiros a saírem de uma visão positivista e conseguirem ligar a cultura popular com todos os aspectos da vida da população, ligando aos fatos sociais, econômicos e espaciais, uma vez que o espaço é produzido pela sociedade que nele vive (SANTOS, 2008), alterando as configurações do espaço, criando uma identificação territorial com o local de vivência (HAESBAERT, 1999, 2002, 2004), tornando aquele território significativo e carregado de cultura.

Atualmente, o conceito de folclore é ditado pela Carta do Folclore Brasileiro, feita pela Comissão Nacional de Folclore:

Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Ressalta-se que se entende o folclore

e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO (CARTA DO FOLCLORE BRASILEIRO, 1995, p. 1).

Nesta carta, que está em consonância com o conceito da UNESCO, deixa-se claro que há múltiplas culturas no Brasil e que foram conformadas em diferentes contextos materiais e econômicos.

Atualmente, o termo folclore faz referência a manifestações tradicionais do povo, enquanto o termo cultura popular engloba, de uma forma mais geral, todos os tipos de manifestações.

No que tange às classificações para definir os tipos de cultura existentes, Pellegrini Filho e Santos (1989) separam-nas em três:

- Cultura Erudita: sofisticada tecnologicamente, por instrumentos jurídicos (desde a Constituição até portarias e editais), formas de governo, códigos de ética, metodologia científica etc. Seria denominada também como cultura oficial.
- Cultura de Massa: surgida pela alfabetização em larga escala, grande produção industrial de meios de comunicação e difusão de ideias, permitindo a reprodução na sociedade. Neste contexto surgem hábitos, costumes, acelerada mudança social etc.
- Cultura Popular: também de domínio coletivo, a sua transmissão não é feita por veículos massificadores da rede de comunicação e sim de pessoa a pessoa. O folclore dá-se por via informal. A cultura do povo inclui usos e costumes, por isso é marcada pelo trivial, por um comportamento inserido no cotidiano de cada grupo humano. Aqui estão incluídas as crenças populares, as danças, as religiões populares, superstições, técnicas populares e artes populares, todas com ausência de metodologias científicas, somente com práticas empíricas.

## **6. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL**

Ao analisar a trajetória de evolução do conceito de patrimônio cultural no Brasil e suas classificações, percebe-se que sua caracterização se mantém em constante transformação, de modo a colaborar com a conscientização da necessidade de preservação de bens coletivos por parte da população, promovendo ações educativas que contribuem com a construção do ideal de cidadania.

Um ponto importante ao se falar de patrimônio cultural, tanto material, quanto imaterial são as ações de educação patrimonial, que tem o intuito de repassar às novas gerações a importância de se preservar a cultura, os costumes, as tradições, respeitar as diferentes culturas, além de preservar a natureza e o patrimônio material.

A educação patrimonial pode ser entendida como uma ferramenta que auxilia a produção e preservação do conhecimento sobre as manifestações de diferentes grupos étnicos que formam a cultura brasileira, na medida em que promove a valorização e difusão desse conhecimento para além da comunidade acadêmica, contemplando outros segmentos da sociedade, especialmente quando incluída na instituição escolar.

As autoridades políticas, as escolas e as comunidades locais precisam se aglutinar em torno de programas e projetos comuns de preservação de seus bens culturais, de proteção das tradições orais populares. Dessa maneira, os cidadãos envolvidos irão se sentir valorizados por meio dos ofícios artesanais, das receitas culinárias e dos saberes de suas comunidades e, conseqüentemente, serão motivados a transmitir esses conhecimentos às próximas gerações.

Sobre a importância da inclusão da educação patrimonial como forma de salvaguarda do Patrimônio Cultural, Moti (2006) expõe:

A necessária inclusão do tema Patrimônio Cultural nas agendas prioritárias do país só se viabilizará se, por pressuposto, os processos e procedimentos de identificação, documentação, interpretação, salvaguarda e promoção que se acumulam como conhecimento, prática e reflexão na instituição, forem socialmente compartilhados (MOTI *et al*, 2006, p. 6).

Como forma de compartilhamento dos conhecimentos sobre o Patrimônio Cultural, a inclusão da Educação Patrimonial no ambiente escolar proporciona não apenas o conhecimento conceitual de patrimônio, mas também o conhecimento empírico relacionado ao cotidiano fora da sala de aula. Este conhecimento se expande para além da relação aluno/escola, pois o aluno transmite as informações absorvidas em sala de aula para sua família e conseqüentemente para a comunidade a qual pertence.

A inserção da educação patrimonial no conteúdo escolar também representa para os alunos um estímulo para que valorizem e protejam de maneira mais consciente o patrimônio de sua cidade, de forma que se

sintam parte ativa da sociedade, futuros cidadãos conhecedores e respeitadores de seu passado cultural.

Seguindo o pressuposto das linhas gerais de um plano de ação para a aplicação da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural, tem-se como objetivo da educação patrimonial “promover, por meio da educação, uma tomada de consciência do valor positivo da diversidade cultural e aperfeiçoar, com esse fim, tanto a formulação dos programas escolares como a formação dos docentes”.

Destaca-se, então, o fundamental papel da escola e dos educadores em geral, na atualização constante dos princípios do relativismo cultural para as novas gerações; na valorização da diversidade cultural com respeito e tolerância; no estímulo permanente à curiosidade pelas culturas e identidades tradicionais das comunidades locais, divulgando-as para que sejam conhecidas e reconhecidas na própria comunidade e na sociedade abrangente de modo que seja preservada a vontade de apreender, compreender, vivenciar, repassar e reinventar as tradições com liberdade, criatividade e senso de justiça social. A preservação da diversidade cultural e a superação das desigualdades socioeconômicas são um dos maiores desafios que a sociedade brasileira enfrenta neste século XXI.

Para os professores, a educação patrimonial se torna uma ferramenta de auxílio para o ensino de História e Pré-História, tendo em vista que proporciona condições para uma nova forma de abordar, em aula, a temática relacionada ao patrimônio cultural.

Acerca da função que a educação patrimonial assume dentro do ambiente escolar, Bastos (2006) escreve que:

A educação patrimonial deverá ser entendida como um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer uma leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sócio-cultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (BASTOS, 2006, p. 158).

O significado do que é patrimônio propiciado pela educação patrimonial coloca a população em contato direto com as manifestações culturais, nos mais variados aspectos, sentidos e significados,

proporcionando um conhecimento e uma valorização da herança cultural. Este conhecimento propicia um melhor uso dessa herança e incentiva a sua transposição e, muitas vezes, sua transformação de forma a abarcar as mudanças ocorridas ao longo do espaço-tempo, além de proporcionar uma preservação sustentável dos costumes e tradições, dando respaldo ao fortalecimento do sentimento de cidadania e identidade.

## 7. REFERÊNCIAS

AGUIRRE, A. **Cultura e identidade cultural**. São Paulo: Atlas, 2001.

BARRETO, Margarita. Turismo e legado cultural. Campinas: Papyrus, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Trad. Roneide Venancio Majer, com a colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Carta do Folclore Brasileiro**. Bahia, 16/12/1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA – UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global**. Assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

ESTEVES, Paulo. Para uma genealogia do Estado territorial soberano. In: **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, nº 27, 2006, p. 15-32.

FUNARI, Pedro Paulo A; PELEGRINI, Sandra C. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A; PELEGRINI, Sandra C. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. Tradução de Plínio Dentzien.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

MACDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia humana**. Sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994a.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994b.

PELEGRINI, Sandra C. A gestão do patrimônio imaterial brasileiro na contemporaneidade. In: **Revista História**. São Paulo: n° 27, volume 2, 2008; p. 145-173.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REISEWETZ, Lúcia. **Direito ambiental e patrimônio cultural**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2004.

SANTOS, Cecília R. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: n° 15, ano 2: 2001. p. 43-48.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo, 2008.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

SOUZA JÚNIOR, Everton L; SOUZA, Hellen C. **Patrimônio Cultural Intangível: uma interpretação por meio da Geografia**. Monografia de Conclusão de Curso. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciência e Tecnologia, 2010. 80 f.